

SESSÕES DO PLENÁRIO

26ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 13 de abril de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

2º SECRETÁRIO: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Edson Pimenta, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joécio Martins, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Câmera, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (44)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Maria Luiza, comunicando sua ausência na sessão do dia 17/03/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Fernando Torres, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 02, 09, 16, 17, 19, 26 e 30/03/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, por diversas vezes, deputados Heraldo e Gaban, pronunciei-me aqui da tribuna sobre o que houve na última eleição, seis meses atrás, no município de Cansanção, para não citar outros municípios que tiveram casos parecidos. V.Ex^a, deputado Gaban, que sempre tem, com muita propriedade, se pronunciado aqui sobre alguns assuntos da Justiça, que não sei se é justiça ou injustiça essa falta de vergonha que existe aqui na Bahia.

No município de Cansanção, relatando mais uma vez o que houve, o então prefeito não podendo ser candidato, o Sr. Ari de Almerindo, 24 horas antes do que a lei permite, que já é um absurdo, poderia ser mudada, trocou o candidato, escolheu um candidato que fazia parte de uma coligação de vários partidos, falsificou todas as assinaturas, deputado Gilberto, de todos os presidentes de partidos, nem o candidato sabia que era candidato. Vinte e quatro horas antes das eleições, ele colocou um rapaz que trabalhava com ele na sua fazenda, um laranja dos laranjas, que não sabia nem que estava sendo escolhido como candidato. Vinte e quatro horas antes das eleições, no sábado.

No domingo o povo vai às urnas vota em um candidato, que é o que aparecia na foto, o Sr. Ari de Almerindo, e elege, deputado Heraldo, o Sr. Jarbas, que não sabia nem que era candidato, veja o absurdo. E nessa brincadeira foi descoberto que todas as assinaturas, inclusive a do candidato, eram falsas. Entra-se na Justiça, a Polícia Federal, que é o órgão competente, faz a perícia da ata da então troca de candidato e confirma que todas as assinaturas de todos os presidentes de partidos e do candidato, deputado Gilberto, eram falsas.

Resumindo: vem para Salvador, vai a Brasília, Brasília decide, volta, vai para juiz, no dia que o juiz pode a promotora não está lá, culminou, deputado Gilberto, nesses dias, quando o juiz de Euclides da Cunha, então substituindo o juiz de Cansanção, depois de várias vezes, marcou para a semana anterior o julgamento desse caso.

Ninguém está pedindo, deputados Gildásio e Leur, aqui que se decida favorável ou contrário. O que se quer é justiça, quem tem razão, dê-se razão; quem falsificou todas as assinaturas dos presidentes, quem colocou um candidato que nem teve participação nenhuma na sua escolha, se tem razão, que a Justiça diga se esse tem razão para que a gente vá até Brasília, porque é um caso que o Tribunal Superior, deputado Gaban, presidindo neste momento, precisa decidir. O que queremos é que a Justiça ou a injustiça desta terra, eu não poderia usar o termo que talvez seja muito duro, mas que criasse vergonha e passasse a fazer justiça, desse a justiça a quem tem. Se esses que falsificaram, comprovado pelo Polícia Federal, com laudos técnicos na mão da Justiça, foi escolhido 24 horas antes sem nem saber que era candidato.

Também foram falsos todos os documentos – comprovaram. Se a Justiça achar que eles têm razão, que faça justiça. Agora, o que não pode é ficar sem julgar. O que aconteceu? O juiz marcou, na semana anterior, que ia dar a decisão. Na hora, deputado, inventou mais uma desculpa. O que a população fez? Não aguentando tanta esculhambação, depredou a prefeitura. Acredito que deveria ter depredado o fórum, contudo não sou favorável à violência. Isso é uma vergonha! A gente sabe que violência gera violência, e não resolve nada, mas não pode, são seis meses! Seis meses e a Justiça não toma providência.

Esperamos, com essa decisão de dois mil moradores, e não teve a participação do candidato derrotado, uma providência porque ele não manobra duas mil pessoas. Depredaram a prefeitura, e esperamos que a Justiça faça justiça para que não ocorram casos mais graves naquele município.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Elieson Ferreira):- Com a palavra o deputado Carlos Gaban, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, particularmente deputados Heraldo Rocha e Waldenor, acompanhei pronunciamentos feitos pelo deputado Zé Neto, através da imprensa, no fim de semana. E, pelo que foi dito, existe um fato pré-determinado que justifica uma CPI nesta Casa. Já tínhamos um, do Sr. Abelardo, por ele ter dado uma ordem por escrito para que fosse feita uma auditoria, uma vistoria numa determinada empresa para que apresentasse resultados. Fato gravíssimo, mas membros do governo nesta Casa, segundo comentários – o deputado Waldenor pode falar sobre isso melhor do que eu –, comentários muito fortes durante esta manhã nesta Casa entre os parlamentares de que o secretário da Fazenda - aliás ele estará aqui - teria imposto que, se se fizesse uma CPI para verificar sua gestão durante esses dois anos, ele pediria exoneração imediatamente do cargo. Isso teria levado a base do governo a não assinar essa CPI para investigar a gravidade da autorização dada pelo Sr. Abelardo para investigar a *TV Bahia*.

Pelo que o deputado Zé Neto colocou, existiria até o nome “SAF”, que seria o código para que, nos governos passados, se investigasse empresas. Até o deputado Ângelo Coronel deu testemunho, também através da imprensa, que as empresas dele – era fornecedor, como sempre foi da Cesta do Povo – sempre eram auditadas. Então, existem agora dois fatos determinados, deputado Álvaro Gomes. E eu proponho, ao mesmo tempo também faço um desafio. Se a ideia, aliás, não é nem ideia, se a obrigação desta Casa é investigar, cumprir o que determina as nossas obrigações – e já tínhamos um fato grave – faço uma proposição e meu desafio: que acrescentemos a essa CPI, que nenhum membro do governo até então assinou por exigência do secretário da Fazenda, agora que temos então dois fatos determinados, exponha um pouco mais a CPI para investigar o fato determinado, que é a ordem dada pelo Sr. Abelardo, e essa operação que existia no passado para investigar empresas.

Vamos investigar os dois: a Secretaria da Fazenda no presente, no momento,

deputado Heraldo Rocha, em que se discute... E é extremamente obscuro a Sefaz ter comprado, sem licitação, um equipamento de espionagem, como também é obscura uma ordem dessa natureza dada por um dos seus membros.

Então, vamos investigar o presente e o passado, deputado Álvaro Gomes, para verificarmos quem é que tem medo da verdade. Nunca, na história da Secretaria da Fazenda, na história da Bahia – usando uma expressão muito utilizada nesta administração – eu tinha ouvido falar em ordem para “fiscalizar empresas com resultado”! E agora há denúncia feita na imprensa pelo deputado Zé Neto e a confirmação dada por outro membro da Bancada do governo, o deputado Ângelo Coronel, de que as suas empresas eram investigadas constantemente por perseguição política!

Então, ninguém tenha medo! Já assinei a CPI, e assinarei a segunda. Que tenham a coragem de investigarmos os dois fatos: a possível perseguição no passado e a realidade do presente, com uma ordem dada. Não se pode é querer esconder o sol com a peneira, ou seja, dizer que o criminoso – como o governo tentou mostrar durante toda a semana passada – é aquele que denunciou, não o que cometeu o crime. Não vamos inverter a ordem dos fatores, não vamos inverter uma realidade perversa.

E tudo isso, repito, quando se compra um equipamento de escuta; quando estão querendo criar uma CGE para que também faça um trabalho de escuta e de espionagem dos prefeitos!

Além disso, o Ministério Público já declarou que tem uma equipe de espionagem, a Polícia Civil tem serviço de escuta, a Polícia Federal também. E agora, com essa CGE, o governo quer que exista uma equipe de vigilância e de escuta clandestina. Temos também a Secretaria da Fazenda.

Vamos ser escutados por quem? Cadê o que garante a Constituição: o direito de preservarmos a nossa identidade, o nosso sigilo. Isso só pode ser quebrado, única e exclusivamente, quando alguém tem um delito cometido.

Mas a Bahia virou a terra do grampo! Condenou-se tanto o grampo, mas agora esse procedimento ficou, vou usar esse termo, banalizado. Há pouco tempo, sabíamos até o local, Sr. Presidente, onde os membros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios eram ouvidos, escutados; havia uma central de grampos naquele prédio ali atrás. Todo mundo sabe disso nesta Casa, todo mundo já comentou, mas só se fala nos bastidores, ninguém usa a tribuna para falar!

Repito, era naquele prédio bem grande, num condomínio de classe média, que ficava essa central de escuta para investigar os membros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios. Todos nós estamos grampeados! Todo mundo sabe, comenta-se nos bastidores...

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Para concluir, Excelência.

O Sr. GABAN:- Finalizando, Sr. Presidente.

Uma vez, quando tive a coragem de denunciar a venda de sentenças no Tribunal de Justiça, me chamaram para dizer; “Rapaz, você é maluco? Qual é o seu caso?” Hoje, tem uma comissão lá investigando os desembargadores que vendiam sentenças. Tem a própria polícia, que tem a sua central de escuta! Fizeram uma

operação e identificaram, mas só os pequenos. Por enquanto não vi conclusão nenhuma. Espero que o CNJ, que está aqui na Bahia, verifique também o andamento dessa CPI para tirar aqueles que vendiam sentenças.

Mas vamos, deputados, assinem! Quem não assinar essa CPI para investigar esses dois fatos determinados, é porque tem medo, repito, da verdade! E quem tem medo da verdade não pode ter um mandato de deputado aqui nesta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Pelo tempo de 5 minutos, com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

(O deputado Gaban fala fora do microfone.)

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Com todo o respeito ao deputado Gaban, mas não podemos aceitar. Por isso, oriento a Bancada do governo a não assinar! Sou favorável a apurar as denúncias. Agora, uma Assembleia Legislativa do porte da Bahia assinar uma CPI para apurar uma denúncia de uma suposta perseguição a uma empresa, com base em um documento, que é uma xérox da metade de um *e-mail*, cujo conteúdo falava em fiscalizar uma empresa! Tenha paciência! Aí a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia vai virar chacota nacional: “CPI da Xérox?” Vamos abrir aqui a “CPI da Xérox”? Não é possível! Enquanto tiver a xérox, “CPI da Xérox”, não! Nem pensar.

Mas vamos tratar de outro assunto, porque isso para mim é motivo morto.

Sr. Presidente, demais presentes, nesse final de semana, estive visitando várias cidades – Tapiramutá, Tucano, Ribeira do Pombal, Cícero Dantas, Heliópolis, Fátima – e reuni-me com líderes políticos em Ribeira do Pombal.

Mas gostaria de abordar um assunto que considero de grande importância: a instalação de um Campus da Uneb em Ribeira do Pombal. Se não, vejamos: desde a década de 90 que foi aprovada instalação do Campus da Uneb em Ribeira do Pombal e construída a estrutura física para esse fim, mas, até o momento, ele não foi instalado, o que é um absurdo, e não podemos, em hipótese alguma, aceitar essa situação. É preciso a construção imediata desse Campus, uma vez que 24 cidades já os têm, e em 10 delas foram instalados depois de Ribeira do Pombal.

A Uneb tem, hoje, 24 Campi no interior do Estado, cursos de graduação em 180 cidades, mas em Ribeira do Pombal, uma cidade que tem uma grande importância regional, com 47.400 habitantes, um potencial extraordinário, tanto sim que se encontra instalada lá uma faculdade particular, o que não pode ser motivo da não instalação de um Campus da Uneb nessa cidade, porque a população tem direito a uma educação gratuita e de qualidade.

Portanto, a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e todos os deputados dela devem abraçar essa luta importante e fundamental para o desenvolvimento da região, do Estado da Bahia! Por isso, não entendemos por que, até o momento, não foi construído o Campus da Uneb em Ribeira do Pombal. Vamos fazer gestões junto ao governo do Estado no sentido de que a Uneb venha a instalar esse Campus imediatamente.

Ainda hoje, tive uma conversa com o reitor Florisvaldo Valentim, que compartilha da mesma opinião nossa, ou seja, ele concorda que é inaceitável, inexplicável que não haja um Campus da Uneb em Ribeira do Pombal. Por isso, precisamos somar esforços para promover o desenvolvimento do Estado da Bahia, o qual passa, necessariamente, pela educação. Precisamos expandir mais a Uneb! É certo que ela sofreu uma expansão muito grande, e isso é positivo, mas sem a estrutura necessária para o pleno funcionamento.

O que é injustificável é que, numa cidade como Ribeira do Pombal, um Campus da Uneb ainda não tenha sido instalado. É fundamental a instalação desse Campus naquela cidade, que é tão importante, nobre deputado Gildásio Penedo, que lá se encontra instalada uma faculdade regional. Se é assim, por que não a Uneb? A Uneb precisa, sim, instalar-se em Ribeira do Pombal. Vamos abraçar essa bandeira com muita força. Essa é uma luta de todos nós!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Elieson Ferreira):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, queria que V. Ex^a pudesse transmitir ao presidente Marcelo Nilo o meu pedido, no sentido de determinar à Diretoria de Informática da Casa para que seja oferecido um curso, - porque os deputados não têm a obrigação de conhecer informática, - mas há aqueles que acham que um e-mail é um papelucho, que uma xerox de um e-mail não é um documento, e possam ser informados os 63 deputados, que o e-mail hoje é um instrumento de trabalho, é um instrumento para agilizar, é tecnologia ajudando os gestores do nosso País, tanto da iniciativa privada como da área pública. Eu sugiro que a Diretoria de Informática da Casa disponibilize um curso para que os parlamentares que não tiverem o mínimo desse conhecimento e acham que um e-mail, uma cópia de e-mail pode ser adulterada, ou coisa parecida, que não tem validade, que não é documento, que se mostre, então, para que tenhamos condições, na hora de fazermos nossos pronunciamentos, que estejamos embasados em dados técnicos e que não façamos pronunciamentos que venham a ser mal explorados pela imprensa, mostrando que alguns parlamentares não têm o mínimo conhecimento de uma administração moderna favorecida pelas tecnologias.

O Sr. Álvaro Gomes: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Elieson Ferreira):- Questão de ordem, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes: - Sr. Presidente, na mesma linha do deputado Gaban, seria interessante também solicitar do Departamento Jurídico desta Casa dar umas aulas sobre iniciação ao Direito, sobre documentação, para que as pessoas entendam que xerox da metade de um e-mail não se constitui um documento em lugar nenhum do mundo. É importante que os deputados saibam disso. Por isso é importante que o setor jurídico da Casa, a Procuradoria, dê uma aula aos deputados para que possam compreender o que é um documento e o que é uma xerox. Uma xerox não autenticada, uma xerox da metade de um e-mail não foi e não será documento em

lugar nenhum do mundo.

Portanto acho importante que os deputados saibam disso, que tenha noção de informática, que tenham noção das novas tecnologias, é importante conhecer e aprofundar as novas tecnologias para saber que um e-mail xerocado não tem absolutamente nenhum valor.

E eu continuo orientando a Bancada do governo a não assinar a “CPI da Xerox”, que tem a xerox da metade de um suposto e-mail. Essa é a nossa colocação.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar: - Sr. Presidente, estive ontem no Estádio de Pítuaçu para assistir ao jogo do Bahia, que fez 1 a 0... Deve ser essa a seriedade com que esta Casa tem que ser levada, porque, com tantos problemas no Estado, o deputado Álvaro Gomes solicitar uma questão de ordem para brincar. A Bancada dele já não vem, o Estado quebrado, não há educação no Estado e se o deputado Álvaro Gomes no lugar de estar brincando aqui com um pedaço de xerox de e-mail, fosse agora a uma escola pública, ele iria ver o filho do trabalhador sem aula. Ele que diz que defende a redução das desigualdades sociais vir para aqui fazer uma questão de ordem, tenha paciência, para ficar brincando, é melhor eu falar sobre o ataque do Bahia, é melhor eu falar sobre Paulo, a revelação do Bahia, porque com os problemas graves que nós temos no Estado, com o Estado quebrado, com o Estado que usa a máquina da Fazenda para perseguir adversários; um estado que não tem educação, não tem segurança pública, um governador que não governa, e a gente aqui discutindo pedaço de xerox, fazendo brincadeira em questão de ordem, tenha paciência, Sr. Presidente.

Desculpe-me, mas não estou aqui para brincar.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Eu sempre tenho questionado aqui a utilização das questões de ordem, sou, talvez, o deputado que tenha utilizado menos questões de ordem. Se observarmos os Anais, as notas taquigráficas, todos vão perceber que dificilmente eu utilizo uma questão de ordem e quando utilizo é, efetivamente, uma questão de ordem.

Agora, nem a questão do deputado Gaban, nem a questão do deputado João Carlos Bacelar e nem a minha foram questões de ordem.

Não é justo que o deputado utilize 5 minutos para fazer uma crítica a um outro deputado e não tenha que ouvir a resposta. A democracia pressupõe igualdade de condições. Não é justo que se fale de um lado e não se ouça a resposta do outro lado. Continuo afirmando que a Assembleia Legislativa da Bahia não pode se desmoralizar, ser motivo de chacota nacional como sendo a Assembleia Legislativa do Brasil que instalou uma CPI da xerox da metade de um e-mail. Isso não podemos admitir em hipótese alguma, seria uma desmoralização, um absurdo inaceitável.

Portanto, nem a questão do deputado Gaban foi questão de ordem, nem a

questão do deputado João Carlos Bacelar foi questão de ordem e nem a minha questão foi questão de ordem, mas não poderia deixar de responder, então, falou o deputado Gaban, eu respondi; falou o deputado João Carlos Bacelar, eu respondi, se falar um outro da Base de Oposição, deverá falar um outro da Base de Governo, isso é democracia, é igualdade, ou então não se concede questão de ordem quando, efetivamente, não for questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Deputado, vamos dar sequência. Seria o horário do deputado Heraldo Rocha no Pequeno Expediente.

Pelo tempo de 5min o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, triste chacota em nível nacional é o que saiu na *Revista Veja*, o governador jogando autorama em seu gabinete.

Sr. Presidente, vou incluir nos anais da Casa um editorial que saiu no jornal *A Tarde* do dia 13/04/2009.

(Lê) *“Crise sobre crise. Infelizmente, nada na página 37 da recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde está impressa a planilha correspondente ao desempenho industrial da Bahia, indica que o acréscimo de 13,7%, constatado na comparação de fevereiro com o mês anterior, pode ser interpretado como começo de uma tendência salvadora.*

A planilha induz à percepção de que a marca positiva de fevereiro deve-se, principalmente, ou até totalmente, ao conjunto Ford e prestamistas, cuja produção aumentou 35,9%, efeito local da desoneração fiscal na venda de veículos compatível com os 34,2% constatados nacionalmente.

Outro número que pode enganar é o resultante da comparação dos meses de fevereiro de 2008 e 2009, indicador de uma queda de 10%, a quinta queda mensal consecutiva da indústria na Bahia, resultado evidentemente ruim, mas atenuado na comparação com outros estados, um paradoxo que pode induzir a falsos otimismo.

O paradoxo reside no fato de os negativos 10% serem, surpreendentemente, bem menos deficitários do que os resultados de estados que antes de a marolinha virar maremoto eram as “locomotivas do desenvolvimento” - locomotivas tradicionais, como Minas, agora lamentando a queda de - 26,0% em sua indústria; São Paulo, - 17,5%; Rio de Janeiro, - 13,2%; e Santa Catarina, - 19,8%. E as promissoras, como Espírito Santo, - 29,5%; e Pernambuco, - 17,5%. A que atribuir o paradoxo? Provavelmente à circunstância de que na Bahia uma crise local na indústria procede à recessão global, como anotou este jornal em recente editorial.

Tal texto alertava: a produção de bens e serviços, o PIB da Bahia, estava complementando um triênio de resultados abaixo do PIB nacional, desempenho contaminado por três reduções anuais e sucessivas na produção da indústria de transformação – a mais recente “os desastrosos 7% negativos de 2008.

Os efeitos da recessão expressam, assim, indicadores minimizados porque, em grande parte, já foram antecipados pela desindustrialização, anterior e ainda corrente. Muitas fábricas já reduziram as produções ao mínimo operacional, enquanto outras ameaçam fechar.”

Portanto, Sr. Presidente, o Exmº Sr. Governador apregoou, como é de praxe fazê-lo, que a Bahia teve um crescimento industrial acima das expectativas, e com esse editorial do jornal *A Tarde*, “Crise sobre crise”, que incluímos nos Anais da Casa, cai por terra toda essa parafernália e toda essa propaganda enganosa do governo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Com a palavra o deputado Gilberto Brito pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Meu nobre presidente Eliedson, Srs. Deputados, Professor Valdeci, um tanto quanto pensativo, por certo tocado ainda com o efeito das chuvas no sudoeste e oeste terem sido boas, satisfatórias, o que vem trazer uma esperança muito grande aos que lá vivem. E dentro dessa linhagem da esperança, presidente Eliedson, eu que me reservaria para falar posteriormente, mas sentindo a possibilidade de não continuidade da sessão, antecipo a minha fala e venho aqui trazer, deputado Adolfo Menezes, os meus cumprimentos ao secretário Edmon e ao Dr. César Lisboa, presidente da CAR.

Recentemente fizemos uma indicação ao secretário Edmon, e por via de consequência também à CAR, para que viabilizasse os meios necessários no sentido de contratar alguém ou designar alguém com qualificação técnica para ministrar cursos com aulas teóricas e práticas nas escolas família agrícola do Estado, com objetivo de que cada aluno de lá passe a ser multiplicador de projeto de construção de barragens subterrâneas.

Hoje, com muita alegria, com muita satisfação, e de certo modo também derrubando um tanto das críticas veementes que faço aqui quanto à parca ação do Parlamento na convivência social, eu quero trazer a notícia de que hoje, pela manhã, foi iniciada naquela Escola Família Agrícola de Caculé, uma ação conjunta entre governo do Estado e prefeitura municipal, onde um técnico está ministrando aulas teóricas e, a partir de amanhã, já estará ministrando aulas práticas por meio de uma retroescavadeira adquirida pelo governo do Estado para construção de barragens subterrâneas. Parece-me que somente a Escola Família Agrícola de Caculé tem em derredor, não quero afirmar, 150 alunos, alunos esses dos diversos municípios que integram aquela microrregião, e eles, aprendendo, servirão de multiplicadores.

Há pouco tempo, numa conversa que tive com o governador Jaques Wagner, eu lhe disse que a vacina serve para evitar as infestações e as contaminações nas crianças, dando-lhes saúde e vida, e a barragem subterrânea, na minha visão, funciona como uma vacina de meio de vida para os que tanto sofrem nas agruras do Semiárido.

Quero aqui, por dever de justiça, cumprimentar o secretário Edmon e o Dr. César Lisboa, presidente da CAR, por tão lúcida, consequente e louvável ação do governo, uma ação simples, uma barragem subterrânea que fica em derredor, uma pela outra, de 2 mil, 2.500 reais.

Somente no governo de Pernambuco, quando esteve à sua frente o Dr. Miguel Arraes, no seu segundo governo, foram construídas mais de 5 mil barragens subterrâneas. Essa é uma luta, deputado Eliedson, que venho travando desde 2004 e, agora, vejo, com muito conforto, a concretização de um anseio. Conheço de perto as dificuldades de quem depende da chuva, conheço de perto as dificuldades de quem não têm condição de plantar um grão de feijão para o sustento, e fica à mercê somente das ajudas que caem ou, às vezes, da aposentadoria de um ente familiar mais velho para o sustento da família.

Então, esse caminho aberto, esse degrau pisado é o descortinar, nas minhas convicções, na minha esperança e na minha fé, de que isso contribuirá para o bem de todos os que vivem no semiárido.

São 31 Escolas Família Agrícola, quase todas elas encravadas em municípios do Semiárido e, por certo, de agora em diante, todas elas receberão os ensinamentos para que cada aluno, deputado Gildásio, se constitua em um multiplicador para a construção de barragem subterrânea no Semiárido baiano.

Cumprimento o governador Jaques Wagner pela ação concreta, eficaz, objetiva, simples do seu governo, mas com uma finalidade e uma abrangência social incontestáveis, incomensuráveis. Cumprimento também, mais uma vez, o secretário Edmon e o Dr. César Lisboa, presidente da CAR. Essa ação, em Caculé, poderá se constituir, deputado Eliedson, em uma benfazeja ação.

Quero, por fim, cumprimentar também o prefeito Luciano, que tão prontamente acolheu a parceria firmada, de uma forma responsável, demonstrando, mais uma vez, a sua preocupação com a sua terra, que o reelegeu, recentemente, para mais quatro anos no comando dos destinos do município de Caculé. Quero também, por dever de justiça, cumprimentar aqui o vice-prefeito, Beto Maradona, atual secretário da Agricultura, que está à frente desse intercâmbio, dessa interrelação entre governo do Estado e município de Caculé nessa obra tão importante para o bem daqueles que vivem lá.

Parabéns ao governo do Estado, parabéns à Prefeitura de Caculé e parabéns aos que vivem naquela região e terão, por certo, doravante, uma expectativa de mais conforto, menos angústias e menos sofrimento.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Ângela, Sr^a Deputada Antônia Pedrosa, há algo de podre no reino do Dr. Jorge Solla: as contratações de pessoal na Secretaria da Saúde continuam chamando a

atenção, deputado Heraldo Rocha!

Após 3 anos de gestão, o *Diário Oficial* publica o resumo de inexigibilidade nº 001/09, cujo objeto é reconhecimento de hipótese de inexigibilidade no valor de R\$ 26,5 milhões – de R\$ 26,5 milhões! – para contratação, mediante credenciamento de pessoas jurídicas, de serviços de atendimento médico na especialidade oftalmológica.

Passados 3 anos de governo, temos ainda hoje na Secretaria da Saúde constantes dispensas de licitação para simplesmente contratar médicos. Essa denúncia que faço agora, deputado Gildásio Penedo, nunca tinha ouvido essa hipótese aventada aqui. O Secretário da Saúde reconhece a hipótese de inexigibilidade para contratar uma empresa por R\$ 26,5 milhões!

Passados os 3 anos, que emergência o Sr. Secretário da Saúde pode justificar para não realizar concurso público, para não contratar pelo REDA? Há na Sesab, atualmente, um pandemônio na área de contratação de pessoal. Já temos lá REDA, cooperativas, pessoa jurídica, prestação de serviço. E agora aparece a hipótese de inexigibilidade.

Não existe controle nenhum na Secretaria da Saúde! Como há de se alegar, deputado Álvaro Gomes, situação de emergência para dispensar licitação quando, na verdade, o que eles querem é a contratação indiscriminada de procedimentos? Até quando a Sesab vai continuar contratando sem licitação? Até quando vai terceirizar o controle da frequência dos médicos. Porque só na Bahia há uma tal SM, empresa contratada pela Secretaria da Saúde por R\$ 80 mil mensais apenas para controlar a frequência dos médicos.

Até quando a Secretaria da Saúde vai deixar na mão de terceiros, atribuições inerentes ao organismo do Estado? A quem interessa na Secretaria da Saúde a precarização dessas relações de trabalho? É um descontrole total na área de pessoal da Secretaria da Saúde que remonta, deputado Heraldo Rocha, à época da folha secreta, folha secreta essa provada e comprovada, inclusive pelo Tribunal de Contas do Estado, relatório do conselheiro Zilton Rocha.

Será que dentro da Secretaria da Saúde não há quadro competente para gerir as atribuições de pessoal? Por que contratar uma empresa que já é terceirizada da Secretaria da Saúde para administrar um hospital e essa empresa é que agora, deputado Heraldo Rocha, controla a frequência dos médicos?

Já temos dois anos e quatro meses de trabalho do atual governo, tempo suficiente para conhecer as necessidades de pessoal e proceder às contratações através de concurso público ou licitações. A falta de pessoal na área da saúde não é emergente nem é nova, poderia ser e é completamente passível de previsão e programação para o atendimento dos contratos. Mas há algo nebuloso, deputado Heraldo Rocha, porque além do Reda, da prestação de serviço, do serviço temporário, das cooperativas, o Sr. Secretário da Saúde, invadindo as competências da Secretaria da Administração - porque quem no Estado tem competência para legislar sobre pessoal é a Secretaria da Administração - criou na Secretaria da Saúde o núcleo de credenciamento de pessoas jurídicas. E para que o secretário criou esse núcleo? Segundo ele, para garantir provisoriamente o atendimento médico à população dentro

da rede hospitalar da Secretaria Estadual da Saúde mediante alternativa mais célere, apropriada, a fim de garantir a continuidade dos serviços até que seja realizada a reestruturação da carreira médica no Estado.

Deputado Heraldo Rocha, esses médicos contratados através de pessoas jurídicas, o Dr. Jorge Solla tomou como base o credenciamento do SUS. Mas o credenciamento do SUS inclui nos seus custos, diversos outros elementos como hotelaria, como fornecimento de medicamentos, como fornecimento de próteses. E, tudo isso hoje está encaixado com a remuneração do médico.

É um descontrole total, deputado Heraldo Rocha! Ninguém sabe onde esses médicos estão lotados. Ninguém sabe a carga horária desses médicos. Há algumas dessas pessoas jurídicas, deputado Heraldo Rocha, contratando e subcontratando residentes. Há médicos ganhando hoje através desses contratos mais de R\$ 40 mil por mês.

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Com o aparte o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Deputado João Bacelar, eu estou tentando entender esta parafernália do Exm^o Sr. Secretário da Saúde com o seu corpo funcional. Eu vejo, deputado João Bacelar, que só há uma solução. Nós temos de denunciar essas diversas irregularidades apontadas por V.Ex^a ao Tribunal de Contas do Estado que tem de nos auxiliar quanto ao esclarecimentos de diversos problemas no corpo funcional da Secretaria da Saúde.

Nós já sabíamos sobre a terceirização, da folha secreta que V.Ex^a denunciou e dos casos dos Redas. Por outro lado, agora há a hipótese de...?

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Inexigibilidade.

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a consultou algum jurista sobre isso?

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Ninguém conhece.

O Sr. Heraldo Rocha:- Vejam, hipótese de inexigibilidade. Eu nunca vi. Então, eu só vejo como sugestão a V.Ex^a, nobre deputado João Carlos Bacelar, requerermos ao Tribunal de Contas do Estado para fazer uma análise a respeito desta situação na Secretaria da Saúde do Estado da Bahia.

Parabéns, deputado João Carlos Bacelar, por mais esta denúncia formulada e não há resposta da mesma por parte da Bancada do Governo.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Agradeço o aparte do deputado Heraldo Rocha. Veja, no momento em que se define que o objetivo é garantir atendimento médico dentro da rede hospitalar da Secretaria. Claro está que o objetivo real é admitir pessoal médico em falta nos quadros do Estado. Surpreende, de novo, que a Sesab ignore, aí neste caso, o REDA, instrumento legalmente constituído como alternativa para o atendimento das urgências deste setor.

E o que mais surpreende é que se identifique esta questão como a mais célere para resolver o impasse de falta de pessoal até que se reestruture a carreira médica. São três anos para se reestruturar a carreira médica e o Dr. Jorge Solla consegue. De logo se vê que isso é uma questão de administração de pessoal que tem a Saeb como

a setorial competente para enganar a questão. E a Sesab está usurpando o direito da Saeb e usurpando de uma maneira errada, de uma maneira, diria mesmo, criminoso, porque, constantemente, continua com a dispensa de licitação.

Pergunto, Deputado Heraldo Rocha, há a continuidade do trabalho médico dentro da unidade hospitalar não cria a habitualidade na relação de autoridade profissional? Não cabe ao profissional médico futuramente pedir incorporação ao Estado como servidor que, de fato, passa a ser por direito.

Absolutamente, não cabe aqui a invocação de que a contratação de pessoa jurídica para disponibilizar pessoal e unidades hospitalares está calcada no princípio da universalização e inviabilidade de competição. Neste País, a remuneração médica não é padronizada. E os procedimentos registrados na tabela do SUS não se referem à remuneração médica tão-somente, mas à prestação de serviços que são mais que mão-de-obra médica. E eles remuneram o médico pela tabela SUS.

Há, também, de se observar que a alegação de situação de emergência para dispensar a licitação não cabe para justificar a contratação indiscriminada por credenciamento. A situação apresentada de falta de pessoal nos hospitais não é emergente nem nova. Poderia ser e é completamente passível de previsão e programação para o atendimento aos contratos, sem burlar a lei. Se as unidades públicas não são suficientes para atender à demanda, que se contratem terceiros privados, isto é, entidades hospitalares para fazer a assistência complementar necessária. Isso está previsto na lei.

Não se confunda paciente grave com risco de morte, que é situação usual nos hospitais de pronto-socorro, com situação de emergência, isto é, situação inesperada de risco iminente, que se perpetua na Bahia de Wagner, por falta de providências administrativas, para justificar avesso ingresso de médicos via pessoa jurídica. Isso, sim, é precarização do trabalho e agressão à ética médica.

O que ocorre, na realidade, deputado Heraldo Rocha, é a divisão da Secretaria da Saúde em feudos. E um partido político tem se aproveitado da contratação dessas pessoas jurídicas, sem licitação, para pôr na Secretaria da Saúde os seu cabos eleitorais, que não trabalham e só fazem receber o dinheiro.

Este é o governo ético, transparente, republicano, que pratica os atos, deputado Heraldo Rocha, mais retrógrados do Brasil. Práticas que acreditávamos banidas da administração pública brasileira são comuns na administração Wagner, principalmente na Secretaria da Saúde.

Fica aqui, Sr. Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, o que é reconhecimento de hipótese de inexigibilidade, e, através disso, o seu secretário da Saúde vai distribuir 26 milhões de reais para uma empresa prestar serviço na área de oftalmologia. Por que, deputado Waldenor Pereira, uma tal empresa SM controla o ponto de médicos do Estado? Por que é essa empresa que diz que médico vai receber e quanto vai receber, deputado Heraldo Rocha?

É essa moralidade na administração pública? Ou essa é a prova de que há uma diferença muito grande entre o discurso e a prática de governo Wagner, que prega uma coisa e faz outra? Estão aqui as provas de que, na área de pessoal da Secretaria

da Saúde, há necessidade de uma intervenção. É preciso que os Tribunais de Contas do Estado e da União, porque aqui há verba do SUS também, sejam chamados para investigar isso.

Vou encaminhar, deputado Heraldo Rocha, essas denúncias ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal, porque, a praticamente três anos de governo, até hoje o Dr. Jorge Sola e os seus assessores dispensam licitação para contratação, única e simplesmente, de pessoal, na maior, como se isso fosse uma coisa comum, deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- V. Ex^a me concede um aparte?

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Com o aparte o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sugiro que V. Ex^a encaminhe essas denúncias também ao Ministério Público do Trabalho. Por diversas vezes, V.Ex^a e eu denunciávamos dessa tribuna que hoje temos várias categorias de médicos no Estado, cada um com um salário, há até médico de indenização, que V.Ex^a já denunciou. Acho também que o Ministério Público do Trabalho tem que ser denunciado a respeito dessa grave situação que V.Ex^a coloca dessa tribuna.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Volto, deputado Heraldo Rocha, a chamar a atenção. O Sr. Secretário disse reconhecer a hipótese de inexigibilidade de licitação, e em cima disso repassará R\$ 26 milhões e 250 mil para as mãos de quem ele queira. Há quem diga, deputado Heraldo Rocha, que isso aqui é para contratar um ônibus para sair correndo o Estado da Bahia em troca de votos, captando-os ilegalmente. É essa a finalidade dessa hipótese de inexigibilidade de licitação.

Isso veio se associar ao credenciamento de pessoas jurídicas, coisa nunca vista antes no Brasil sem licitação. O município de Salvador, por exemplo, contratará pessoa jurídica para o serviço médico, mas via licitação. Aqui não, hein, deputado Álvaro Gomes? Aqui tem que ter a indicação de um partido político, para contratar esses médicos. Só se contrata médico na Secretaria da Saúde por indicação de partido político, e, deputado Isaac, não é do PT, é de outro partido; é de outro partido o carnaval de contratações político-eleitoreiras na Secretaria da Saúde. É grave a crise na Secretaria da Saúde, várias denúncias temos feito aqui. Temos chamado até a atenção do Sr. Secretário que está sendo levado a isso.

E o que se comenta hoje nos corredores do Hospital Geral e do Hospital Roberto Santos é que no final do mês, quando é repartido esse dinheiro entre os médicos, é de tremer a terra, deputado Heraldo Rocha. É de tremer a terra. Não há controle. E para tanto quem atesta se o serviço foi prestado ou não, não é o diretor do hospital, é a SM, uma empresa prestadora de serviço, que administra um hospital do Estado e que hoje foi alçada a órgão central de pessoal da Secretaria da Saúde.

Todos sabíamos que Wagner não tinha competência administrativa para governar o Estado, foi um ministro incompetente, um ministro do Trabalho que só apresentou um projeto: o Projovem, e até hoje só se sabe de cinco ou seis empregos de jovens no âmbito daquele projeto que o então ministro do Trabalho apresentou. Mas já se passaram dois anos e meio, por que essas práticas continuam a existir na

Secretaria da Saúde?

Agora, deputado Heraldo Rocha, é querer colocar a Bahia como exemplo do folclore político brasileiro, reconhecimento de hipótese de inexigibilidade de licitação. Está publicado no Diário Oficial. E esse nome pomposo, deputado Adolfo, esconde a bagatela R\$ 26 milhões e 250 mil. É muito bom. É por isto que se fala que fulano é candidato a deputado federal e sicrano quer ser senador, porque colocar na mão de um administrador R\$ 26 milhões para que ele distribua da maneira que lhe aprouver, sem nenhum critério, quem vai contratar ou não, e isso é comum no governo Wagner. Estou falando hoje da área da saúde, mas posso falar aqui de outros convênios, e falarei, misteriosos, em que organizações não governamentais que nunca na vida deram curso a 30 pessoas recebem hoje 16, 17 milhões para implantar programas habitacionais.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou representante do PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarei pelos 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Com a palavra o deputado Waldenor, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero inicialmente saudar duas lideranças da região Sudoeste da Bahia que visitam esta Casa Legislativa e se encontram, neste momento, no nosso gabinete, o presidente do Partido dos Trabalhadores do município de Anagé, companheiro Napoleão, e uma liderança também do nosso partido, do município de Ibiassucê, companheiro José Reis. Quero desejar aos companheiros boas-vindas nesta visita que fazem a esta Casa Legislativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, jornalistas presentes, de fato é admirável o esforço do deputado João Carlos Bacelar para, continuamente, frequentemente, apresentar denúncias desta tribuna a este Plenário. Todas elas, segundo o nobre deputado, querido amigo, respeitado deputado desta Casa, encaminhadas ao Ministério Público. Já se vão mais de 2 anos do governo Jaques Wagner e as denúncias tão destacadas, anunciadas pelo parlamentar e devidamente representadas no Ministério Público, segundo palavras do próprio parlamentar, pelo que parece não tem tido guarida, acolhimento daquela importante instituição.

Pois são tantas as denúncias aqui apresentadas e todas elas representadas no Ministério Público, e não temos conhecimento, deputado Bacelar, apesar de respeitar o seu esforço, o seu empenho, o legítimo exercício do seu mandato parlamentar, de qualquer uma das denúncias por V.Ex^a representada naquele Ministério, que tivesse tido acolhimento, guarida, que tivesse tido, por parte daquela importante instituição, qualquer providência no seu encaminhamento ao Tribunal de Justiça do Estado da

Bahia.

E digo isso porque V.Ex^a trata de uma matéria que é, na nossa opinião, bastante simples e fácil de promover o debate, a discussão, que é a temática da saúde. Nenhuma temática, dentro da administração pública estadual, se justifica mais a inexigibilidade, a dispensa de licitação do que a atividade de saúde porque, naturalmente, é uma atividade que lida com a emergência, que lida com a urgência, que lida com vidas humanas, por isso, quase sempre justifica-se, naturalmente com base no que determina a lei, especialmente com base no que determina a Lei de Licitações nº8666. É lei nacional que orienta os procedimentos de licitação e dispensa de licitação no Brasil, pela legalidade dos atos do governo Jaques Wagner e da Secretaria da Saúde, pelas contratações com dispensa de licitação ou inexigibilidade, a depender da natureza do serviço contratado.

Já apresentamos aqui muitas vezes - não foi uma vez só, não foram poucas vezes - a comprovação de que a contratação de serviços médicos, hospitalares, aquisição de medicamentos, dentre outros, todos eles da área da saúde, trata-se de um procedimento corriqueiro, comum, rotineiro em qualquer unidade da Federação, em qualquer Secretaria de Saúde dos estados brasileiros e até mesmo no Ministério da Saúde quando, naturalmente, as compras ou serviços a serem contratados justifiquem a urgência ou emergência dessas contratações.

Apresentamos aqui, inclusive, por diversas oportunidades, até promovemos uma entrevista coletiva onde mostramos que os governos anteriores contrataram e destinaram recursos para a realização de aquisições de materiais, de medicamentos ou contratações de serviços em valores bem superiores aos que o Governo Jaques Wagner está procedendo. Fizemos um levantamento anual e mensal dos últimos 4 anos do Governo anterior, e provamos que poderemos apresentar mais uma vez ao nobre colega, deputado João Carlos Bacelar, a comprovação, inclusive fazendo um cotejamento, uma comparação de Governo para Governo.

Ele vai verificar que as dispensas de licitação na Saúde, como também em outras áreas de atuação do Governo, nos Governos anteriores foram muito superiores as que o Governo Jaques Wagner está realizando, especialmente na Saúde.

Todos sabem que não se forma um médico em 1 ano, deputado, não se forma um médico em 2 anos de Governo. Qualquer curso de medicina no Brasil exige 6 anos para a formatura de um profissional, os deputados Luiz de Deus e Heraldo Rocha, na condição de médicos sabem disso.

Não se constrói um grande hospital em 2 anos! As medidas que o Governo Jaques Wagner está tomando na área de saúde são de médio e longo prazo. 18 hospitais estão sendo recuperados ou construídos, alguns deles com investimentos de grande monta do nosso Governo, como é o caso do Hospital do Subúrbio e do Hospital da Criança em Feira de Santana. Todos os Hospitais Públicos da Bahia estão recebendo investimentos para ampliação e recuperação das suas instalações e dos seus serviços.

Todos estão acompanhando a implantação de 200 novas unidades do Programa Saúde da Família em diferentes municípios do Estado, bem como os investimentos

que estão sendo realizados na aquisição de ambulâncias e na contratação de pessoal, motivo principal destacado pelo deputado João Carlos Bacelar.

Contratamos, recentemente, quase 1.000 profissionais da área de saúde de um concurso que foi realizado pelo Governo Anterior, e que não foram contratados. Realizamos também há aproximadamente 30 dias um concurso público para a contratação de profissionais da área de Saúde: médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, fisioterapeutas, dentre outros profissionais da área.

O nosso Governo está fazendo um esforço muito grande, extraordinário para dotar o nosso Estado das condições elementares no atendimento das precárias condições de saúde do nosso povo.

O povo está doente, deputado, não é por falta de hospital, é porque o povo do Estado da Bahia convive com os piores indicadores sociais do Brasil, porque falta moradia, esgotamento sanitário, trabalho, emprego, educação... Esses indicadores sociais perversos e nocivos foram construídos no Estado da Bahia por mais de 20 anos, por décadas. É por isso que infelizmente o nosso povo não é saudável e precisa de mais e mais hospitais e médicos.

O ideal seria que não precisássemos de hospitais, o ideal seria que não precisássemos de mais unidades do Programa de Saúde da Família, o ideal seria que não precisássemos ampliar o volume significativo de recursos para dotar a nossa rede hospitalar e médica de condições mínimas de funcionamento. Mas, infelizmente, o nosso governo está trabalhando sobre indicadores sociais que foram construídos por décadas e que tornaram o nosso povo doente, não saudável e, por isso, está requerendo investimentos da monta, do esforço, da significação que o governo Wagner está realizando.

Quero, mais uma vez, destacar o trabalho cotidiano, do secretário Jorge Solla, um guerreiro da saúde pública do Estado da Bahia, para poder contornar, de fato, os grandes desafios que representam a construção e o Sistema Único de Saúde na Bahia, público, gratuito, desmontando aquela máquina privatista que, infelizmente, estava atormentando a vida da nossa população, especialmente a mais carente.

Voltaremos a tratar desse assunto, ainda respondendo às inquietações, questionamentos e denúncias que o deputado João Carlos Bacelar apresentou nesta tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou o representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, queria inicialmente reforçar as palavras do nosso Líder da Bancada do Governo, Waldenor Pereira, e contestar as

colocações do deputado João Carlos Bacelar, porque hoje nós vivemos, no Estado da Bahia, grandes transformações, inclusive na área de saúde.

No entanto, é preciso registrar que não se resolve uma situação extremamente grave, de uma hora para outra. Nós estivemos aqui protestando, na legislatura passada, quando foi aprovado o projeto de privatização dos hospitais. Nós observamos um total desmonte do serviço de saúde no nosso Estado. Isso se refletiu na época passada e se reflete também na época atual.

No entanto, o esforço do governo Wagner e do secretário de Saúde, Jorge Solla, que é um dos mais preparados secretários de Saúde do Brasil, tem sido um esforço muito grande para que a saúde seja efetivamente Saúde Pública, para que a saúde esteja em consonância com os princípios da Constituição de 88 e do SUS, para que saúde volte a ser aquilo que todos nós desejamos: saúde de boa qualidade.

São várias medidas que vêm sendo tomadas nesse sentido, desde o processo de retomar os hospitais que foram privatizados no passado, como instituições públicas, até mesmo o processo de recuperação de muitos hospitais, a construção de um novo hospital geral, enfim, a melhoria geral do serviço de saúde do nosso Estado. Portanto, quero contestar aqui todas as colocações do nobre deputado João Carlos Bacelar e dizer que o esforço do secretário Jorge Solla tem sido muito grande e tem conseguido muitas vitórias e melhorar as condições de saúde do nosso Estado.

Mas, eu gostaria de dizer que o nosso partido, já discutindo um pouco a questão do fortalecimento do nosso partido no Estado da Bahia, o nosso partido que está presente em 364 municípios, com 18 prefeitos, 18 vice-prefeitos, 150 vereadores, este ano realiza as conferências municipais, a conferência estadual e também o congresso nacional. É um ano, portanto, de consolidação, de enraizamento e de estruturação partidária.

No final de semana, visitei várias cidades com o objetivo de fortalecer, enraizar e transformar o partido em alternativa. Já estamos dirigindo 18 cidades. Pretendemos, no próximo período, dirigir mais outras cidades e transformar as atuais administrações em referências, para que possamos avançar no crescimento partidário. Portanto, o meu objetivo no final de semana foi, exatamente, o fortalecimento dessas administrações.

E volto, mais uma vez, a dizer que a luta do povo de Ribeira do Pombal pela instalação de um *campus* da Uneb é uma luta mais do que justa: “Uneb já em Ribeira do Pombal”.

É uma luta antiga, e a não-instalação é algo inexplicável, não há como explicar. Em todos os outros lugares em que estava previsto, os *campi* foram instalados, só em Ribeira do Pombal, onde já está pronta a estrutura física – e já está pronta toda a legislação –, não foi instalado. É inexplicável, é inaceitável a não-instalação de um *campus* da Uneb na Cidade de Ribeira do Pombal, que tem um potencial extraordinário, que tem uma influência regional.

A Uneb, que tem *campi* instalados em 24 cidades, possui cursos de graduação em 180 cidades, mas em Ribeira do Pombal sequer existe um curso de graduação dessa universidade. Há uma faculdade particular, mas a faculdade pública, a Uneb,

não está presente na cidade, e isso é inaceitável. Como é que uma cidade como Ribeira do Pombal comporta uma faculdade particular e não tem a presença da universidade pública, que é a Uneb, que já se espalhou por 180 municípios, que instalou 24 *campi* e não instalou o *campus* de Ribeira do Pombal.

Portanto, essa é uma luta de todos nós, e devemos abraçá-la com toda a força. Aliás, entendo que essa luta deveria ser abraçada por todos os parlamentares desta Casa, porque isso diz respeito ao desenvolvimento do nosso Estado.

Por último, peço para ser inserido nos Anais desta Casa o editorial do *Portal Vermelho* com o título: (lê) “*Os municípios não aceitam pagar pela crise econômica.*

“A queda da atividade econômica no Brasil, fruto dos reflexos da crise econômica e financeira mundial, e as desonerações concedidas pelo governo brasileiro no Imposto de Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda causaram perdas importantes ao Fundo de Participação dos Municípios. Este Fundo é uma determinação constitucional, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, cuja distribuição municípios é feita de acordo o número de habitantes.”

Portanto, os municípios sofreram uma queda muito grande, e a nossa Bancada, do Partido Comunista do Brasil, apresentou uma emenda à Medida Provisória nº 460 para que os municípios passem a receber exatamente aquilo que receberam no passado. O município não poderá receber menos que recebeu no passado. Então, em abril, o recurso do Fundo de Participação dos Municípios não pode ser inferior ao do mês de abril de 2008. Essa é a intenção da emenda.

Que não venham os neoliberais dizer que os gastos públicos são em função do funcionalismo, porque isso não é correto. Para se ter uma ideia, nós temos de funcionalismo público no Brasil 11% de sua população ocupada e não chegam a 6% da população total. Enquanto isso, nós podemos citar vários países: Dinamarca, onde é 39% da população ocupada, Suécia, 33% e, mesmo nos países considerados privatistas, como os Estados Unidos, são 15%, Canadá, 20% e, em países da Europa, como na França, são 14%, etc. Portanto, não é o número de funcionários que provoca o problema dos gastos públicos e as dificuldades que a população enfrenta.

Por isso, nós do Partido Comunista do Brasil, a nossa Bancada apresentou no Congresso Nacional uma emenda à Medida Provisória nº 460 e que tem como objetivo fazer com que o governo federal, que tem tomado medidas importantes, como a redução do IPI, a construção de 1 milhão de casa populares e, agora, a questão da mudança da presidência do Banco do Brasil, numa perspectiva de redução do *spread* bancário, o que também é muito importante para todos nós, o governo Lula tomou medidas importantes para enfrentar a crise. Mas, precisa tomar mais uma, que é recuperar a situação dos municípios, portanto, recompensar as perdas que os municípios sofreram. E com a emenda da Bancada do PCdoB, a Medida Provisória 460, nós teremos esse problema resolvido.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao representante do PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Com a palavra, pelo tempo de 10 minutos, o nobre deputado Heraldo Rocha.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, o jornal *A Tarde* de ontem tem uma matéria muito bem escrita pelas jornalistas Luísa Torreão e Amélia Vieira, com o seguinte título: *Estado investe em tecnologia nas escolas sem estrutura*. É matéria de capa do jornal *A Tarde* de 12/04/2009:

(Lê) *“Deve ser para passar filme. Foi isso que pensou Marcos Oliveira, 19 anos, quando viu aquela televisão azul na sala de aula do Colégio Estadual Professor Carlos Barros, onde estuda, em Paripe.*

Só um mês depois do início do ano letivo, o jovem soube que se tratava de um monitor educacional, ao conversar com a reportagem: ‘Achava que era uma TV comum. Não imaginava que tinha essa tecnologia. Ninguém explicou nada para a gente’.

Para Marcos, a falta de diálogo da instituição com os alunos só não é pior do que a falta de carteiras, deputado Álvaro Gomes, em sala.

‘As turmas ficam se revezando, porque não tem lugar para todo mundo. Eu mesmo só tenho aula três vezes por semana’, conta. Para ele, a proposta dos monitores é boa, mas antes deveriam ser sanadas as questões mais essenciais. ‘Como é que um governo coloca uma TV como essa lá e não dá as cadeiras para a gente sentar, que governo é este, que é o fundamental para que eu possa assistir à aula?’ O jovem Marcos, questiona.

As queixas se acumulam. ‘Por favor, coloque aí que não tem merenda’, repetiu, diversas vezes Josicleide Barbosa dos Santos, 14 anos. ‘O banheiro é sujo, quebrado, riscado, fede’, indigna-se Chirle Silva de Jesus, 16 anos. ‘Laboratório de informática tem, mas a gente não usa’...”

Sr. Presidente, esse é o quadro da educação baiana na capital, não é no interior, não!

“(...) ‘Faltam professores de português, educação física, artes e religião. Quem estuda à tarde não tem acesso ao computador e merenda’, denuncia Grazielle.

PARADOXO – No Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos (Bairro da Paz),” poderíamos ir visitar “a instalação das TVs, chega a ser paradoxal para o professor de Geografia Jayme Nobre.

A unidade, que abriga quase 1.500 alunos, sequer possui sede própria – fica dividida entre dois prédios em ruas distintas; são cinco salas em um e sete em outro – e ainda carece de professores.”

Eu não vou ler toda a matéria, mas é uma série de críticas. Passarei agora para o assunto grave.

(Lê) *“Desde o início do ano letivo na rede estadual de ensino (3 de março), 18*

mil salas de aula das 1.681 escolas, além de salas de professores, de estudo e bibliotecas, estão sendo dotadas de TV com entrada para pendrive... Os 22 mil monitores educacionais, cor azul, custaram R\$ 38 milhões à Secretaria de Educação do Estado (SEC), incluindo mobiliário e transporte. A inovação foi copiada de modelo implantado no Paraná...

O Sr. João Carlos Bacelar:- O senhor me concede um aparte?

O Sr. HERALDO ROCHA:- Pois não, deputado.

Dizem que no Paraná está *sub judice* porque financiou a campanha do governador Requião. É o que diz a matéria.

“(...) O problema está na falta de estrutura da rede de ensino para abrigar a nova tecnologia.

A reportagem conversou com alunos e professores de nove colégios na capital, mais dois no interior, e constatou que a chegada das TVs às salas de aula, comemorada enquanto estímulo pedagógico, atravessa deficiências básicas... Existe escola que nem fiação elétrica tem.

Um aparte, deputado Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Heraldo Rocha, parabéns pelo tema que V.Ex^a traz para debate.

O que está por trás disso? Nós temos denunciado aqui, desde 2007, que o governo não cumpre o calendário escolar. Vamos agora – isso na capital, não estou falando de Chorrochó nem de Glória, não, estou falando de Salvador – a uma escola...

O Sr. HERALDO ROCHA:- Feira de Santana, Jequié, Paulo Afonso, Olindina...

O Sr. João Carlos Bacelar:- (...) pública estadual e constataremos que não há aula. E não há aula porque não tem professor, não tem carteira, não tem apagador, como diz a matéria. Enquanto isso o governador investe quase 40 milhões nisso. A televisão que compraram para a Bahia, que é a mesma do Paraná, custou lá R\$ 800,00; aqui custou R\$ 1.200,00.

O Sr. HERALDO ROCHA:- É mais cara porque fica mais longe de Manaus. De Manaus para o Paraná e de Manaus para a Bahia. Deve ser isso.

Matéria escrita pelo jornal *A Tarde* (lê) “*Preço mais alto chamou atenção.*

O monitor educacional é uma experiência do Paraná... – o secretário é gaúcho ou paranaense? – “*(...) onde o modelo da TV Pendrive já está em salas da rede estadual desde 2007. Proposta pedagógica à parte, o que chama atenção é a diferença dos valores praticados lá e cá. Naquele Estado, apesar da acusação de superfaturamento na compra...*” – olha bem, lá no Paraná houve a acusação de superfaturamento – “*(...) o investimento (R\$ 18,9 milhões, sendo R\$ 860 a unidade) chegou a ser duas vezes menor que aqui.*

A TV Pendrive significou aos cofres baianos um custo unitário de R\$ 1.280 unidades. Ou seja, lá no Paraná foi acusado de superfaturamento ao preço unitário de 860 unidades e aqui na Bahia o preço unitário de 1.280. (Lê) “o valor inclui, além do monitor, material técnico pedagógico e transporte. A cifra total foi de R\$ 28,2 milhões. O restante para completar os R\$ 38 milhões investidos pela SEC dizem

respeito à compra de racks – suporte para as TVs – nos modelos cubo, pedestal e gaiola. Vale lembrar que os pendrives prometidos para os professores ainda estão em fase de licitação.” Matéria do Jornal *A Tarde* dia 12/04/2009.

“Em textos na internet, a Tecnolatina é apontada como empresa do Grupo Cequipel.

Esta é a responsável pelo fornecimento dos monitores no Paraná, onde foi acusada de superfaturamento em R\$ 5 milhões e de favorecimento, por ter sido a maior doadora na campanha do governador Rubens Requião (PMDB), que tem à frente da pasta da Educação o irmão Maurício Requião. O caso está sendo investigado pela Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público do Ministério Público de lá.”

Deputado João Carlos Bacelar, já mandei solicitar ao Ministério Público do Paraná esse material. Não sei se eles poderão nos fornecer, mas poderiam pelo menos fornecer ao Ministério Público Estadual, porque nós vamos entrar amanhã com um requerimento no Ministério Público Estadual a respeito dessa grave denúncia apresentada pelo jornal *A Tarde* do dia 12/04/2009, escrito pelas jornalistas Luísa Torreão e Amélia Vieira.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, isso é grave. O Sr. Secretário Adeum Hilário Sauer tem que explicar, mas ele não vai explicar a Heraldo Rocha, não, ele tem explicar ao Ministério Público Estadual e a Polícia Federal, porque esse é um problema seríssimo, grave. Mais uma vez a educação da Bahia, neste governo, é colocada na lata do lixo.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de oito minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, por todo tempo falará o deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao deputado Zé Neto pelo tempo de até oito minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, eu estava no gabinete, segunda-feira, normalmente, é uma dia tranquilo, não é deputado Isaac? Ouvi algumas coisas e não era possível ficar sem resposta. O deputado Waldenor o fez, deputado Álvaro também. Eu queria lembrar ao deputado Heraldo Rocha, primeiro, que comparar o que temos na Saúde atualmente com o que nós encontramos é algo impossível. Até porque, deputado Heraldo, neste Estado da Bahia, em dezembro de 2006, tínhamos apenas sete municípios com mais de cinco modalidades médicas de atendimento público. Apenas sete municípios, na Bahia, tinham mais de cinco modalidades de atendimento médico público.

Um Estado o qual encontramos, deputado Heraldo Rocha, deputado João Bacelar... Aliás, as conjecturas são feitas numa velocidade que nós que somos

governo hoje ficamos a apreciar quanta maldade em tudo que vê.

Deputado Herald, encontramos o Estado com 2 anos de atraso no pagamento da contrapartida do SAMU, como acontecia em Feira, Conquista e outras grandes cidades, 1 ano e meio sem dar um centavo para o Saúde da Família – praticamente não existia no Estado as contrapartidas –, por 1 ano e meio não se via contrapartida do Estado nos municípios.

Pagamos os débitos atrasados, atualizamos praticamente, mais que dobramos o SAMU. No ano passado tivemos um aumento do Saúde da Família de mais de 30% em seu acúmulo, são 300 postos contratados na Bahia para construir novos postos do Saúde da Família, e não só isso, já temos mais de 70 no Estado.

É uma Oposição perdida, sem projeto; o projeto da Oposição é voltar ao passado, e não tem o que apresentar no passado. Dizem que vão tratar de emergência para atendimento da dengue. E qual o discurso da Oposição? É ficar sem atendimento para a dengue ou contratar legalmente, até com o aval da Procuradoria do Estado? Qual o discurso da Oposição? Se não fizermos vão vai dizer que não atendeu, que não houve agilidade. Fazer licitação com todos os seus requisitos para contratar urgência e emergência? Estão esquecendo que a situação da dengue não é atual.

O deputado Waldenor foi muito feliz, pois estamos buscando resolver as situações crônicas. Seria bom se pudéssemos resolver em dois anos e meio para comemorar a solução da 25ª colocação em que encontramos a Bahia nos índices sociais.

Então, além de vazio esse discurso não traz nada de novo, a não ser o desespero de quem não discute projeto. Qual o projeto que a Oposição tem? Voltar o Estado que não tinha transparência, onde nem os deputados tinham acesso às contas? Ou é o Estado em que apenas 7 municípios tinham 5 modalidades médicas ou mais. É esse o modelo que eles defendem?

No modelo que eles defendem praticamente não havia Procuradoria, onde as coisas não eram transparentes, não precisavam passar na Procuradoria, todas elas em todas as secretarias, e por isso vivíamos aqui a ver aditamentos de até 16 anos.

É aquele modelo do G8 com 1 bilhão e 200 milhões de prejuízos aos cofres públicos. Que contratamos empresa de limpeza com 70% de economia para fazer o mesmo serviço. É esse o modelo? É o modelo do governo anterior.

Por isso é que não vão fazer debate, porque não tem o que mostrar daquele modelo carcomido que destruiu todas as cadeias produtivas da Bahia. Na minha cidade tiramos 6 caçambas de sujeiras do Clériston Andrade, 6 caçambas de detritos, de lixo, de dentro do hospital, tínhamos 1080 funcionários e hoje temos quase 1500. No ano passado ampliamos em 60 leitos, e este ano mais 90 no atendimento domiciliar hospitalar, 150 leitos de ampliação e estamos a construir: são 14 hospitais em andamento no Estado, alguns já foram entregues como o caso de Juazeiro, a retomada em Irecê a construção do Hospital da Criança, em Feira de Santana, uma obra de 38 milhões. Agora, estamos com a dengue, não podemos gastar com emergência, não podemos utilizar recursos que não sejam por licitação ordinária para demorar 9 meses. E qual o discurso depois? É que o governo não investiu.

Ora, esta Oposição não tem o que comparar. Esta Oposição não tem o que disputar na política. São factóides, como aconteceu na Fazenda. É uma invenção. Não vou mais perder tempo com aquilo porque não tem sentido, inclusive até chamei a atenção de que aqui, quando éramos Oposição, recebíamos os *e-mails*, passávamos para o governo e dizíamos: prestem informações. Nem informações prestavam. Aqui havia uma “SAF - Severa Ação Fiscal”- que nem informação prestava.

Hoje a gente vem para o debate, esclarece e pode bater no peito e dizer com tranquilidade: esta Bahia hoje é livre. Livre, inclusive, para que os deputados e deputadas da Oposição possam fazer oposição com os números do próprio governo na mão. Se alguma irregularidade acontecer, ora, pode acontecer – para concluir – no âmbito do Estado, pode sim, porque não temos o controle de tudo, infelizmente, mas tenho certeza de uma coisa, se acontecer alguma irregularidade, vamos fazer como fizemos na polícia, investigar, punir e fazer o devido processo legal funcionar. Mas o objetivo que tem sido claro no governo é o de criar os espaços na política, mostrando ao baiano e à baiana que este Estado hoje é livre e que a Bahia é de todos nós com transparência e com o objetivo claro de construir um novo tempo para a cidadã e o cidadão baianos. Isso já é uma realidade nos nossos dias.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder do PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos. (Pausa) Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos. (Pausa) Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PP/PMN/PRTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos. (Pausa) Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos. (Pausa) Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Democratas para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Júnior Magalhães:- Nobre presidente, falarei por 5 minutos e o deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo restante.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre deputado Júnior Magalhães pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JÚNIOR MAGALHÃES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. da Imprensa, das Galerias, venho nesta tarde a esta tribuna para falar do fechamento da fábrica da Novelis, na cidade de Candeias, minha terra, cidade que represento neste Parlamento.

A fábrica da Novelis, antiga Alcan, deputado Álvaro Gomes, foi e é muito importante para o desenvolvimento e progresso daquela cidade. Com o seu

fechamento, 600 empregos diretos, de certa forma, irão acabar. São, deputado Aderbal, 600 famílias que diretamente dependem da Novelis, dependem da ex-Alcan para ter o seu ganha-pão.

E aí, Sr^{as} e Srs. Deputados, estamos acompanhando tudo, e este é mais um reflexo da crise econômica que se abate no mundo. É mais um reflexo da crise econômica que muitos dizem que não vai dar em nada, alguns dizem que é marolinha, mas é uma crise econômica séria, Sr. Presidente, fábricas estão sendo fechadas; indústrias estão diminuindo o seu potencial de produção; milhares e milhares de empregos estão deixando de ser gerados; o desemprego está aumentando na nossa Região Metropolitana; já voltamos a ostentar, infelizmente, o título da Região Metropolitana com maior desemprego no País.

E assim, Sr. Presidente, venho nesta tarde, protestar e pedir para o Sr. Secretário da Indústria e Comércio, para o Sr. Governador do Estado... Da mesma forma como temos nos comportado aqui, somos Oposição mas não não somos oposição à Bahia. Esse assunto interessa, sim, ao governo do Estado, a fábrica deixará de gerar receita, impostos para o governo que também precisa dar a sua contrapartida. Esperamos que o governo do Estado, que o governador Jaques Wagner possa resolver o impasse hoje com a Chesf, para que a fábrica da Novelis não venha a ser fechada na cidade de Candeias.

É o registro que queria fazer nesta tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 4 minutos, o nobre deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, denunciemos, hoje aqui, a farra eleitoreira na Secretaria da Saúde, onde o Sr. Secretário contrata pessoal por seis ou sete fórmulas. O deputado Heraldo Rocha denunciou a farra com o dinheiro público na Secretaria da Educação onde não tem professor, onde não tem carteira, onde não se constrói sala de aula e o governo contrata equipamentos por R\$ 40 milhões.

O deputado Zé Neto falou aqui em comparação. Vou trazer-lhe dados do Ministério da Saúde num dos programas mais importantes do governo, que é o Programa Saúde da Família. Qual é a evolução desse programa na Bahia? Em 2003, tínhamos 21.9% de cobertura do Programa Saúde da Família; em dezembro de 2004, deputado Aderbal Caldas, essa cobertura já subiu para 32%; em 2006, no último ano do governo Paulo Souto, essa cobertura era 51.15.

Atenção dos Srs. Deputados, atenção da sociedade baiana: dados do Ministério da Saúde, deputado Álvaro Gomes: o governo Paulo Souto deixou o Estado com 51.15% de cobertura do Programa Saúde da Família. O secretário que V.Ex^a disse que é o melhor secretário do Brasil, o governo que V.Ex^a defende: em 2009, segundo o Ministério da Saúde, tem de cobertura no Programa Saúde da Família 52.7. O governo Paulo Souto deixou com 51,15! Em três anos o governo Paulo Souto aumentou a cobertura do Programa Saúde da Família em mais de 30 %. O governo

Wagner, que é por isso chamado de governo “vagareza”, o governo medíocre, o governo incapaz administrativamente em três anos aumentou 1% a cobertura do Programa Saúde da Família. Um por cento! E é esse o governo cuja base nesta Casa fala em “herança maldita”, fala nos piores indicadores que encontraram no Estado da Bahia.

Lógico, encontraram indicadores ruins, sim. Somos um Estado do Nordeste, um Estado pobre, mas todo o trabalho que se fez para superar esses indicadores está sendo jogado fora por um governo medíocre, incompetente, um governo que só pensa em fazer política, um governo que só sabe fazer politicagem e um governo que só quer usar a máquina administrativa para um projeto político.

Estão aqui os dados da evolução do Programa Saúde da Família. Conteste, Dr. Jorge Solla, esses dados! Conteste-os ou vamos ficar aqui só ouvindo gritos e bravatas da Bancada do governo para justificar um crescimento pífio de apenas um por cento na cobertura do Programa Saúde da Família!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou do PT para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de nove minutos.

O Sr. Álvaro Gomes: - Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, pediria a inserção nos Anais desta Casa de mais um artigo do sociólogo e professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra(Portugal), o Prof. Boaventura de Sousa Santos, com o seguinte teor: (lê) *“A reunião de Bretton Woods, em 1944, durou mais de 20 dias e deu origem à arquitetura financeira dos últimos cinquenta anos. Já a reunião do G20 em Londres durou apenas um dia. O que se decidiu em Londres foi garantir ao capital financeiro continuar a agir como tem agido nos últimos trinta anos. Ou seja, acumular lucros fabulosos nas épocas de prosperidade e contar, nas épocas de crise, com a 'generosidade' dos contribuintes, desempregados, pensionistas roubados, famílias sem casa, garantida pelo Estado do Seu Bem Estar.”*

Portanto, aqui está um artigo bastante interessante de Boaventura, que aborda a crise mundial, que, defendemos, não deve ser paga pela população, pelos trabalhadores, porque foi gerada pelas grandes potências mundiais, em particular os Estados Unidos, que enfrenta uma crise de grandes proporções, pois possui um PIB de US\$ 13 trilhões, mas, ao mesmo tempo, tem uma dívida interna, externa e familiar de US\$ 35 bilhões. Portanto, os Estados Unidos enfrentam, hoje, uma profunda crise, que não pode nem deve ser paga pelos países em desenvolvimento.

O Brasil tem enfrentado essa crise com muita sabedoria. O presidente Lula tem tomado medidas importantes que favorecem o desenvolvimento das atividades produtivas do nosso País e têm como objetivo beneficiar a população carente. Evidentemente, mesmo com essas medidas, sofremos os reflexos dessa crise que se

iniciou nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Mas queremos deixar bem claro que é importante que os trabalhadores e os municípios se mobilizem para enfrentar essa situação e não aceitem, em hipótese alguma, que essa crise seja jogada nas costas dos trabalhadores. O presidente Lula tem tido a sabedoria de enfrentar essa crise com investimento, com construção de mais de um milhão de casas populares, com projetos importantes para o desenvolvimento de atividades produtivas.

Há pouco, o deputado Júnior falou sobre a Noveles, que está fazendo, na realidade, uma chantagem com os seus trabalhadores ao onde ameaçar tirar-lhes direitos históricos e fechar as portas. O governo não pode, em hipótese alguma, conceder benefícios às empresas e elas continuarem maltratando os trabalhadores. É preciso que o governo incentive, beneficie as empresas, mas com uma condição: que elas não venham a sacrificar os trabalhadores. As empresas de automóveis, por exemplo, receberam benefícios; logo, não se justifica qualquer demissão nessas empresas, não se justifica que as empresas beneficiadas venham a demitir os seus trabalhadores, que propiciem péssimas condições de trabalho para os servidores.

Por isso, queremos dizer aqui que essa crise é uma crise do grande capital, é uma crise do capitalismo, é uma crise dos grandes países capitalistas e, portanto, os trabalhadores e a população não podem pagar por isso.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pela ordem o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, gostaria de solicitar uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, sendo informado quantos deputados estão presentes neste momento e quais são eles.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido, nobre deputado Álvaro Gomes.

Verificamos a presença de apenas dois Srs. Deputados. Pela ordem alfabética, Aderbal Fulco Caldas e Álvaro Gomes.

Não havendo número suficiente para a continuidade da presente sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*